

quidados pela comissão liquidatária, e depois de autorizados nos termos deste decreto, serão remetidos, para efeito de pagamento, à 8.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública ou à Direcção Geral de Caminhos de Ferro, conforme digam respeito a despesas de exploração a cargo do Tesouro ou a cargo do fundo especial.

Art. 8.º Para pagamento dos encargos a liquidar é aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério do Comércio e Comunicações, um crédito especial de 10.000.000\$, a inscrever no orçamento do segundo dos referidos Ministérios em vigor para o actual ano económico, no capítulo 19.º, onde constituirá o artigo 155.º-B: «Liquidação dos débitos dos Caminhos de Ferro do Estado e outros encargos derivados do arrendamento».

§ único. Fica o Governo autorizado a abrir os novos créditos que forem necessários para o mesmo fim.

Art. 9.º De todas as resoluções da comissão liquidatária será lavrada acta por um funcionário da repartição, que será assinada pelos seus membros, para o que deverá existir um livro de actas.

Art. 10.º Logo após a entrega dos serviços à Companhia concessionária a Administração Geral dos Caminhos de Ferro do Estado entregará à comissão liquidatária todos os processos e arquivos das secretarias e dos diversos serviços.

§ único. Estes processos serão entregues depois de concluídos à Direcção Geral dos Caminhos de Ferro, em cujo arquivo serão encorporados.

Art. 11.º Para o uso das atribuições consignadas no presente decreto, a comissão liquidatária corresponder-se-há por intermédio da Direcção Geral de Caminhos de Ferro com todas as Repartições do Estado e com o Conselho de Administração da Companhia concessionária em tudo que diga respeito aos assuntos da sua competência.

Art. 12.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 12 de Maio de 1927.—ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA—Adriano da Costa Macedo—Manuel Rodrigues Júnior—Jodo José Sinel de Cordes—Abílio Augusto Valdés de Passos e Sousa—Jaime Afreixo—António Maria de Bettencourt Rodrigues—Júlio César de Carvalho Teixeira—Jodo Belo—José Alfredo Mendes de Magalhães—Felisberto Alves Pedrosa.

8.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 13:602

Tendo pelo decreto-lei n.º 13:510, de 12 de Abril último, sido mandada reforçar a dotação do corrente ano da Direcção Geral de Caminhos de Ferro com a quantia de 285.000\$, mas faltando inscrever a referida verba no actual orçamento do Ministério do Comércio e Comunicações:

Hei por bem, sob proposta do Ministro do Comércio e Comunicações, tendo ouvido o Conselho de Ministros

e usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto-lei n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, decretar, para valer como lei, o seguinte:

A importância de 285.000\$ com que, pelo decreto-lei n.º 13:510, de 12 de Abril último, foi mandada reforçar a dotação da Direcção Geral de Caminhos de Ferro é inscrita no orçamento do Ministério do Comércio e Comunicações em vigor para o actual ano económico pela forma seguinte:

No capítulo 15.º-A:	
Artigo 139.º-A	94.983\$25
Artigo 139.º-B	25.000\$00
Total	119.983\$25
Ne capítulo 18.º:	
Artigo 154.º	165.016\$75
Total	285.000\$00

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 7 de Maio de 1927.—ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA—Adriano da Costa Macedo—Manuel Rodrigues Júnior—Jodo José Sinel de Cordes—Abílio Augusto Valdés de Passos e Sousa—Jaime Afreixo—António Maria de Bettencourt Rodrigues—Júlio César de Carvalho Teixeira—Jodo Belo—José Alfredo Mendes de Magalhães—Felisberto Alves Pedrosa.

MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

Direcção Geral do Ensino Secundário

Rectificações

Per ter sido publicado com inexactidões no *Diário do Governo* n.º 18, 1.ª série, de 22 de Janeiro último, novamente se publica o quadro n.º 1, apenso ao artigo 6.º do decreto n.º 13:056, de 20 do mesmo mês:

Quadro n.º 1

	Classes					
	1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	Total
Português e narrativas históricas	4	3	3	3	3	16
Latim	—	—	3	3	4	10
Francês	3	3	3	2	2	13
Inglês	—	3	3	3	2	11
Geografia	3	3	3	—	—	9
História	—	—	—	3	3	6
Matemática	4	4	3	3	3	17
Sciências fisico-químicas	—	—	3	3	3	9 $\frac{1}{2}$
Sciências naturais	2	2	3	2	2	9 $\frac{1}{2}$
Desenho	3	3	2	2	2	12
	19	21	23	24	24	

Direcção Geral do Ensino Secundário, 11 de Maio de 1927.—O Director Geral, *Jodo de Barros*.